

Procedimentos de COMERCIALIZAÇÃO

Módulo 1 – Agentes

Submódulo 1.1 – Adesão à CCEE

ÍNDICE

1. **INTRODUÇÃO**
2. **OBJETIVO**
3. **PREMISSAS**
4. **LISTA DE DOCUMENTOS**
5. **FLUXO DE ATIVIDADES**
6. **DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES**
7. **ANEXOS**

Revisão	Motivo da Revisão	Instrumento de aprovação pela ANEEL	Data de Vigência
1.0	Consulta Pública nº 05/2012	Despacho nº 3.215/2012	16.10.2012
2.0	Adequação à REN nº 619/2014 e à REN 622/2014 e demais ajustes	Despacho nº 4.881/2014	22.12.2014
3.0	Adequação ao Sistema Integrado de Gestão de Ativos (SigaCCEE)	Despacho nº 1.741/2015	01.06.2015
4.0	Consulta Pública nº 01/2016	Despacho nº 1.600/2016	17.06.2016
5.0	Adequação à REN nº 678/2015 e demais ajustes	Despacho nº 1.911/2017	30.06.2017
6.0	Adequação ao Sistema de Agentes	Despacho nº 2.542/2019	30.09.2019

1. INTRODUÇÃO

Os candidatos a agente considerados neste submódulo são os concessionários, permissionários, autorizados ou em processo de obtenção da autorização, registrados, detentores ou não de instalações de energia elétrica, e consumidores livres e especiais, que cumpram os requisitos legais e regulatórios vigentes, e que queiram realizar operações de compra e venda de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, bem como operações de importação/exportação de energia.

2. OBJETIVO

Estabelecer requisitos, responsabilidades, etapas e prazos necessários à adesão de candidato a agente da CCEE, além da obtenção de autorização para comercialização de energia elétrica, no caso de candidato a agente pertencente à classe dos comercializadores.

3. PREMISSAS

Gerais

- 3.1 O pedido de adesão implica, inequivocamente, no prévio conhecimento e concordância de todas as normas regulatórias vigentes, às quais o futuro agente se sujeitará integralmente ao ter sua adesão aprovada pelo Conselho de Administração da CCEE - CAAd, sendo que qualquer medida posterior adotada pelo candidato a agente que venha a afrontar a devida aplicação dessas normas configurará rompimento da afinidade associativa.
- 3.2 As solicitações de adesão e de obtenção de autorização para comercialização de energia elétrica devem ser realizadas, exclusivamente, por meio do sistema específico, localizado na área logada do site da CCEE.
- 3.3 Quando do preenchimento das informações na respectiva solicitação, o interessado deve respeitar os atos regulatórios vigentes e apresentar os documentos exigidos pelo sistema, por este submódulo (item 4 - Lista de Documentos) e pelo submódulo 1.2 – Cadastro de agentes, de acordo com os formatos de arquivos estabelecidos pelo próprio sistema, nos prazos determinados nos Procedimentos de Comercialização.
 - 3.3.1 Os candidatos a agente pertencentes às categorias de geração e distribuição, e os pertencentes à classe dos comercializadores, devem informar, no sistema específico, os dados relativos ao ato regulatório que os permitam atuar na CCEE com a respectiva categoria/classe solicitada.
 - 3.3.2 Os documentos que constam com status “caso aplicável” podem deixar de ser encaminhados à CCEE desde que o candidato a agente solicite e justifique sua dispensa no sistema.

- 3.3.3 Os documentos que são gerados de forma eletrônica devem ser preenchidos e assinados digitalmente. Para tanto, o(s) representante(s) legal(is) do candidato a agente deve(m) obter previamente o e-CPF padrão ICP-Brasil em qualquer autoridade certificadora.
- 3.4 O candidato a agente se compromete e se responsabiliza pela validade e regularidade dos documentos e dados apresentados à CCEE, incluindo os poderes do(s) signatário(s) dos documentos, cuja assinatura o(s) vinculará(ão) às obrigações existentes no âmbito da CCEE.
- 3.5 O candidato a agente deve acompanhar, por meio do sistema específico, o andamento de sua solicitação e a necessidade de eventual adequação da documentação apresentada e/ou cadastro.

Adesão à CCEE

- 3.6 O candidato a agente, independentemente da classe à qual pertença, deve informar os dados de pré-cadastro, requeridos pelo sistema, para geração do boleto do emolumento de adesão à CCEE e realizar o devido recolhimento.¹
- 3.7 O processo de adesão à CCEE tem início na data da confirmação do pagamento do respectivo emolumento, prestada pela instituição financeira, devendo esta data ser disponibilizada no sistema e informada ao candidato a agente.
- 3.7.1 A partir deste momento, o candidato a agente deve realizar as demais atividades requeridas pelo sistema relacionadas ao seu processo de adesão.
- 3.7.2 A desistência do processo por parte do agente ou o cancelamento do processo pela CCEE devido à expiração do prazo, nos termos da premissa 3.20, não implica direito ao ressarcimento do emolumento recolhido.
- 3.8 O candidato a agente deve abrir uma conta corrente específica para fins de liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo - MCP, junto ao agente de liquidação e custódia da CCEE, utilizando o mesmo CNPJ indicado no processo de adesão, e informar a referida conta no sistema.
- 3.8.1 A obrigação prevista na premissa anterior se aplica a todos os candidatos a agente da CCEE, inclusive aos que já possuam conta corrente aberta junto ao agente de liquidação e custódia, bem como aos candidatos a agente vendedores vencedores de leilão e respectivos compradores.

¹ O valor do emolumento de adesão encontra-se disponível no site da CCEE.

- 3.8.2 Os candidatos a agente que se enquadrem na condição de “matriz e filial” podem utilizar a opção de conta prevista em seção própria deste submódulo, para fins de liquidação financeira.
- 3.8.3 Além da abertura da conta corrente específica para liquidação financeira, prevista na premissa 3.8, é necessário que:
- a) Os candidatos a agente participantes do regime de cotas de garantia física ou de energia nuclear realizem a abertura de conta corrente específica para fins de liquidação financeira de Cotas, e informem a referida conta no sistema;
 - b) Os candidatos a agente pertencentes à classe dos importadores e exportadores de energia realizem a abertura de conta corrente específica para fins de importação e exportação de energia, e informem a referida conta no sistema.
- 3.8.4 Para abertura de conta(s), o candidato a agente deve seguir os termos e requisitos definidos pela instituição financeira, a qual deve confirmar a abertura da(s) conta(s) em até cinco dias úteis (5du), caso não haja pendências na documentação apresentada.
- 3.8.5 A CCEE deve informar, por meio do sistema, a necessidade de criação de conta corrente específica que venha se tornar obrigatória para algum outro processo não listado neste submódulo.
- 3.9 É responsabilidade do candidato a agente que toda a documentação de adesão esteja válida e plenamente vigente na data limite para regularização das pendências referente ao mês de aprovação da adesão, conforme estabelecido no submódulo 1.2 - Cadastro de agentes.
- 3.9.1 A documentação de adesão é considerada válida e plenamente vigente quando estiver dentro do prazo de validade nela expresso ou, na falta deste, até 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão, quando aplicável.
- 3.9.2 No caso de adesão de filial, devem ser apresentadas as certidões exigidas por este submódulo (item 4 - Lista de Documentos), em nome da matriz e da própria filial.
- 3.10 Além dos requisitos documentais estabelecidos neste submódulo e no sistema, também devem estar cumpridos os requisitos do submódulo 1.2 – Cadastro de agentes, relacionados aos dados cadastrais.
- 3.10.1 Não se aplica o cumprimento das seções Cadastros no SCDE e Cadastro no SCL, ambas do submódulo 1.2 - Cadastro de agentes, para os candidatos a agente pertencentes à classe dos comercializadores e para os candidatos a agente vendedores vencedores de leilão.

- 3.10.2 No caso de candidatos a agente vendedores vencedores de leilão, as seções do submódulo 1.2 - Cadastro de agentes, mencionadas na premissa anterior, devem ser observadas antes do início de suprimento do contrato, sem prejuízo das disposições do submódulo 3.2 - Contratos do Ambiente Regulado.
- 3.11 A CCEE deve divulgar a conclusão da análise dos requisitos e documentação no prazo de até cinco dias úteis (5du) contados da data do recebimento de toda a documentação e cadastro.
- 3.12 A CCEE pode solicitar ao candidato a agente, por meio do sistema, informação ou documentação adicional que entenda necessária para complementar a análise do pedido de adesão.
- 3.13 A CCEE deve divulgar, pelo sistema, a conclusão da análise dos requisitos e documentação adicional no prazo de até cinco dias úteis (5du) contados da data do recebimento da complementação solicitada.
- 3.14 Na hipótese de solicitação de adesão vinculada a um desligamento com sucessão, o candidato a agente deve informar o agente a ser sucedido.
- 3.15 Processos de adesão, referentes ao mês "M", podem ser deliberados em reunião do CAd a ser realizada até M-8du.
- 3.15.1 Nos casos de solicitação de adesão vinculada a um desligamento com sucessão, o CAd pode deliberar acerca de tal solicitação durante o mês de início de operacionalização - mês "M", na mesma reunião em que for deliberado o desligamento do sucedido.
- 3.16 O resultado da solicitação de adesão deve ser comunicado por meio do sistema, em até um dia útil (1du) após a deliberação do CAd.
- 3.16.1 No caso de indeferimento da solicitação de adesão, o CAd deve expressar os motivos que fundamentam a decisão.
- 3.17 Todas as decisões do CAd sobre as solicitações de adesão à CCEE devem ser publicadas no site da Câmara em até dois dias úteis (2du) após a deliberação, incluindo as respectivas motivações.
- 3.18 Na hipótese do CAd indeferir a solicitação de adesão, o candidato a agente pode apresentar pedido de impugnação perante a CCEE, nos termos do submódulo 1.4 - Atendimento.
- 3.19 O candidato a agente pode desistir do processo de adesão a qualquer momento, por meio do sistema específico, desde que sua adesão ainda não tenha sido deliberada pelo CAd.

- 3.20 O processo de adesão não concluído dentro de doze meses a contar do mês de seu início é cancelado no sistema. Caso o candidato a agente mantenha interesse em aderir à Câmara, um novo processo de adesão deve ser iniciado, nos termos das premissas deste submódulo.
- 3.20.1 O cancelamento é realizado pelo sistema em M-5du, de forma que os processos que não tenham sido concluídos para o mês “M”, e que tenham o prazo previsto na premissa anterior expirado, são automaticamente cancelados.
- 3.20.2 Excepcionalmente para o processo de adesão dos candidatos a agente pertencentes à classe dos comercializadores, deve ser observada a seção específica deste submódulo.
- 3.21 Uma vez deliberada a adesão do candidato a agente, não é admitida alegação de desconhecimento da assunção de quaisquer responsabilidades por seus representantes, cuja legitimidade é presumida, sem admissão de entendimento contrário, visto que os acessos (login e senha) para uso dos sistemas da CCEE são de caráter pessoal e intransferível do agente e/ou de seus representantes que manuseiam os sistemas.

Obtenção da Autorização para Comercialização de Energia Elétrica

- 3.22 Esta seção se aplica, exclusivamente, aos candidatos a agente pertencentes à classe dos comercializadores de energia elétrica.
- 3.23 Para início do processo de obtenção da autorização para comercialização de energia elétrica, o candidato a agente deve atender, inicialmente, as premissas da seção anterior deste submódulo.
- 3.24 Além dos documentos necessários ao processo de adesão, o candidato a agente deve apresentar os documentos específicos para obtenção da autorização para comercialização de energia elétrica, exigidos no item 4 deste submódulo e nas normas de regência, por meio do sistema.
- 3.25 A partir do recebimento de todos os documentos mencionados na premissa anterior, a CCEE terá o prazo de cinco dias úteis (5du) para analisá-los e, eventualmente, solicitar esclarecimentos ou documentação adicional pelo sistema.
- 3.26 Não havendo pendências na documentação e solicitação de informações adicionais, em até dez dias corridos (10dc) da data do último documento/esclarecimento recebido, a CCEE deve disponibilizar ao candidato a agente e à ANEEL os seguintes documentos, por meio do sistema, os quais são imprescindíveis para a emissão da autorização para comercialização de energia elétrica pela ANEEL:

- a) Certidão de Regularidade, com validade de trinta dias corridos (30dc) contados a partir da data de sua expedição;
- b) Parecer Técnico e Jurídico.

3.27 O processo de adesão do candidato a comercializador será cancelado caso não seja enviada toda a documentação/informações exigidas para a elaboração da Certidão de Regularidade e Parecer Técnico e Jurídico, sem pendências, dentro de doze meses, a contar do mês de seu início.

3.28 Após a emissão da autorização para comercialização de energia elétrica, o candidato a agente deve dar continuidade ao seu processo de adesão perante a CCEE, o qual deve ser concluído em até noventa dias corridos (90dc), contados da data de publicação do ato autorizativo; caso contrário, sua autorização está sujeita à revogação pela ANEEL. Para tanto, deve indicar o ato regulatório no sistema, bem como apresentar eventual documentação adicional ou que precise ser renovada, em atendimento às premissas da seção “Adesão à CCEE” deste submódulo.

Início das operações na CCEE

3.29 A atuação no âmbito da CCEE está condicionada à operacionalização do agente, que leva em consideração a categoria/classe à qual pertença.

3.29.1 Consumidores livres, consumidores especiais, distribuidores e geradores não comprometidos com contratos regulados têm início de operacionalização a partir do mês da adesão ou nos subsequentes, cumpridos os requisitos deste submódulo e do submódulo 1.2 – Cadastro de agentes.

3.29.2 No caso dos geradores comprometidos com contratos regulados, a operacionalização deve ocorrer: i) na data informada no sistema, respeitada a data de suprimento dos respectivos contratos; ou ii) de forma antecipada, caso o agente assim desejar, mediante solicitação expressa à CCEE indicando a data pretendida, devendo cumprir os requisitos do submódulo 1.2 – Cadastro de agentes.

3.29.3 Comercializadores têm início de operacionalização a partir do mês da adesão ou nos subsequentes, cumpridos os requisitos deste submódulo.

3.30 Além dos requisitos estabelecidos na premissa anterior, o agente, excetuando-se o concessionário ou permissionário de distribuição, deve constituir limite operacional², nos termos da Resolução Normativa nº 622/2014 e do Procedimento de Comercialização específico.

² A entrada em vigor das premissas 3.30 e 3.30.1 está condicionada à eficácia do Despacho nº 2.718/2015.

- 3.30.1 Os agentes geradores comprometidos exclusivamente com contratos regulados devem comprovar à CCEE, nos termos da norma específica, até um mês antes da operacionalização pretendida, a contratação de Limite Operacional, o qual deve estar vigente no momento de sua efetiva operacionalização.
- 3.30.2 Os agentes pertencentes à classe dos comercializadores, para iniciar suas operações na CCEE, inclusive aqueles que já possuam outorga emitida pela ANEEL em data anterior à publicação da Resolução Normativa nº 678/2015, devem apresentar à CCEE garantias financeiras equivalentes a, no mínimo, dez vezes o valor atribuído ao limite operacional para agentes de comercialização vigente, cujo valor atualizado está disponível no site da CCEE, devendo estar válidos durante os seis primeiros ciclos de contabilização, contados a partir de seu início de operação.³
- 3.31 Os ativos dos agentes devem ser cadastrados nos termos do disposto no submódulo 1.2 - Cadastro de agentes.
- 3.32 Os agentes devem iniciar o pagamento da contribuição associativa a partir da operacionalização, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, do Estatuto Social da CCEE e do submódulo 1.3 - Votos e Contribuições.

Matriz e Filial

- 3.33 O candidato a agente caracterizado como filial pode aderir à CCEE sem a prévia adesão da respectiva matriz.
- 3.34 A matriz de um candidato a agente, independentemente de sua adesão ou não à CCEE, é integralmente responsável pelas obrigações assumidas pela filial na CCEE, incluindo os créditos e débitos em nome da filial.
- 3.35 Na hipótese de matriz e filiais e/ou apenas filiais aderirem à CCEE na qualidade de agentes distintos, estas podem utilizar conta corrente específica única existente quando do início do processo de adesão, conforme dispõe o submódulo 5.2 - Liquidação no mercado de curto prazo.
- 3.35.1 Neste caso, para o fim exclusivo de liquidação financeira, o candidato a agente deve solicitar a inclusão em conta corrente de Grupo de Liquidação, cabendo à líder do respectivo grupo, que pode ser matriz ou filial, desde que seja agente da CCEE, validar a solicitação.

³ A entrada em vigor da premissa 3.30.2 está condicionada à eficácia do Despacho nº 696/2017.

- 3.36 A matriz pode ser agente da CCEE para representar ativos próprios e/ou de suas filiais.
- 3.36.1 A filial pode representar somente seu próprio ativo, sendo vedada a representação, por filial, de ativos da respectiva matriz ou de outras filiais.

Dos Agentes Desligados e/ou seus Substitutos

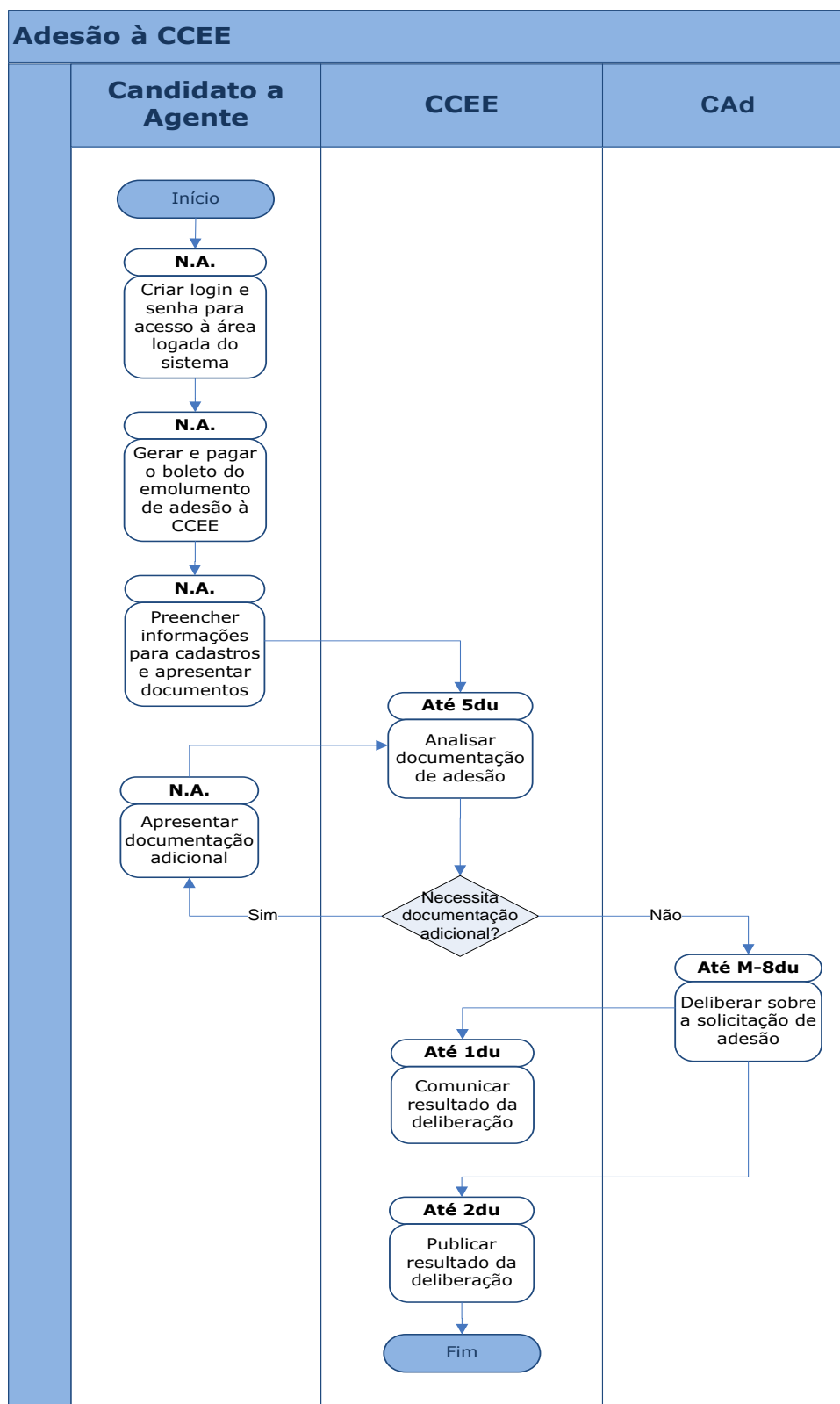
- 3.37 O candidato a agente anteriormente desligado da CCEE deve iniciar novo processo de adesão, conforme estabelecido neste submódulo. Para tanto, deve adimplir eventuais débitos remanescentes junto à CCEE.
- 3.38 O(s) candidato(s) a agente que vier(em) a suceder outro(s) agente(s) em processo de desligamento da CCEE deve(m) atender a todas as premissas deste procedimento para sua adesão e demais normas aplicáveis, bem como responder pelas obrigações contratuais e/ou financeiras do sucedido.
- 3.39 A aprovação da adesão de candidato a agente que apresente qualquer relação com empresa desligada da CCEE por descumprimento de obrigação, bem como com seus sócios diretos ou indiretos, está condicionada ao adimplemento de tal obrigação da empresa anteriormente desligada.

4. LISTA DE DOCUMENTOS

DOCUMENTOS				Comercialização			Distribuição	Geração		
	DD	DE	DAD	CL	CE	COM	D	APE	PIE	G
Documentos para adesão à CCEE										
<input type="checkbox"/> Termo de Adesão.		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Termo de Adesão à Convenção Arbitral.		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo Poder Judiciário da sede do candidato a agente. A certidão referida nesse item deve ser adequada às disposições da Lei nº 11.101, de 09.02.2005, que regulamenta a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, conforme a situação de cada empresa. Caso a empresa não esteja sujeita à Lei nº 11.101/2005, deve ser apresentada a declaração de inexistência de liquidação extrajudicial (Modelo disponível no site da CCEE).	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Declaração ou comprovante de adimplemento com o ONS e/ou com a distribuidora.	✓			✓	✓					
<input type="checkbox"/> Ato regulatório de concessão, permissão, autorização e/ou registro. Observação: Os geradores vendedores de energia convencional especial ou energia incentivada especial devem comprovar as seguintes informações: (i) atuação como vendedor de energia convencional especial e/ou incentivada especial, e (ii) concessão de desconto, na forma do §1º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.	✓					✓	✓	✓	✓	✓
Documentos específicos para obtenção da autorização para comercialização de energia elétrica										
<input type="checkbox"/> Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e alterações supervenientes ou o documento societário consolidado, devidamente registrado no órgão competente.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Acordo de acionistas ou cotistas e demais negócios jurídicos que proporcionam impacto no controle societário. (Caso aplicável)	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do requerente e da(s) pessoa(s) jurídica(s) do(s) sócio(s) direto(s) ou indireto(s).	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Cartão de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual/Distrital e Municipal do requerente (ou declaração de isenção de inscrição cadastral como contribuinte ou documentação comprobatória da inexistência correspondente).	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Cópia de documento com foto e CPF da(s) pessoa(s) física(s) do(s) sócio(s) direto(s) ou indireto(s) do requerente.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Diagrama do grupo econômico, com a indicação das respectivas participações societárias, sendo dispensada a apresentação de participações inferiores a 5%, salvo se integrante de grupo de controle. (Modelo disponível no site da CCEE)	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Quadro societário, contendo relação que discrimine todos os sócios ou acionistas do requerente, indicando aqueles que fazem parte, direta ou indiretamente, do seu grupo de controle. Adicionalmente, em relação aos controladores diretos ou indiretos do requerente, deverão ser indicadas todas as empresas por eles controladas. (Modelo disponível no site da CCEE)	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Organograma corporativo. (Modelo disponível no site da CCEE)	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Declaração de matrimônio, união estável e de parentesco consanguíneo ou afim entre sócios ou acionistas, administradores, diretores, conselheiros e demais prepostos do requerente e sócios ou acionistas, controladores diretos, intermediários ou indiretos, administradores, diretores ou conselheiros de outros agentes do setor elétrico. (Modelo disponível no site da CCEE)	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, limitados aos três últimos exercícios financeiros.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos e não inscritos na Dívida Ativa, relativos a: i) Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias (INSS); ii) Tributos Estaduais/Distritais; e iii) Tributos Municipais.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da pessoa jurídica do requerente e da(s) pessoa(s) jurídica(s) do(s) sócio(s) direto(s) ou indireto(s). Caso o(s) sócio(s) seja(m) pessoa(s) física(s), deve(m) ser apresentada(s) Certidão Negativa de Insolvência Civil.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Certificado de Regularidade do FGTS-CRF.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Certidão Negativa de Protestos e Títulos.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.	✓					✓				
<input type="checkbox"/> Demonstração de aptidão técnica (currículo de sócios e/ou equipe técnica).	✓					✓				

DD Documento digitalizado
DE Documento eletrônico
DAD Documento assinado digitalmente
CL Consumidor Livre
CE Consumidor Especial
COM Comercializador
D Distribuidor
APE Autoprodutor de Energia
PIE Produtor Independente
G Demais Geradores

5. FLUXO DE ATIVIDADES

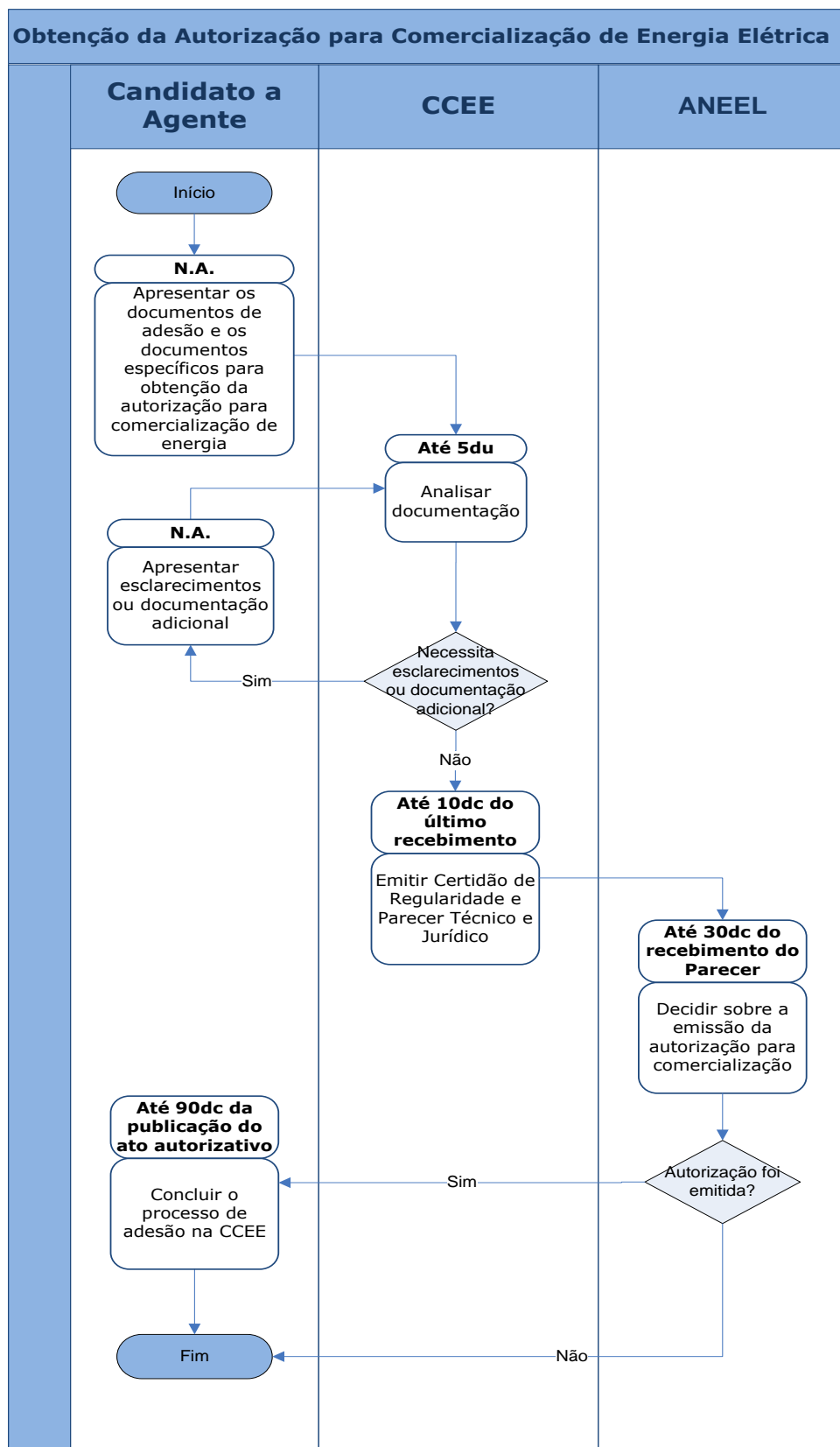


Legenda:

M: mês de operação de compra e venda de energia

N.A.: Não aplicável

du: dias úteis



Legenda:

N.A.: Não aplicável
dc: dias corridos
du: dias úteis

6. DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

Adesão à CCEE

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Criar login e senha para acesso à área logada do sistema	Candidato a agente	Criar login e senha para acesso à área logada do sistema.	N.A.
Gerar e pagar o boleto do emolumento de adesão à CCEE	Candidato a agente	Informar os dados requeridos pelo sistema para geração do boleto do emolumento de adesão à CCEE e realizar o devido recolhimento.	N.A.
Preencher informações para cadastros e apresentar documentos	Candidato a agente	Realizar o preenchimento de informações para cadastros e apresentar os documentos exigidos.	N.A.
Analisar documentação de adesão	CCEE	Disponibilizar no sistema a conclusão da análise do cadastro e documentação apresentada pelo candidato a agente.	Até 5du
Apresentar documentação adicional	Candidato a agente	Complementar, eventualmente, o cadastro e/ou documentação de adesão, por meio do sistema.	N.A.
Analisar documentação de adesão	CCEE	Disponibilizar no sistema a conclusão da análise da informação e/ou documentação adicional apresentada pelo candidato a agente.	Até 5du
Deliberar sobre a solicitação de adesão	CAd	-	Até M-8du
Comunicar resultado da deliberação	CCEE	Comunicar ao candidato sobre o resultado da deliberação do CAd.	Até 1du após a deliberação do CAd
Publicar resultado da deliberação	CCEE	Publicar no site da CCEE o resultado da deliberação do CAd.	Até 2du após a deliberação do CAd

Legenda:

M: mês de operação de compra e venda de energia

N.A. Não aplicável

du: dias úteis

Obtenção da Autorização para Comercialização

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Apresentar os documentos de adesão e os documentos específicos para obtenção da autorização para comercialização de energia	Candidato a agente	Enviar à CCEE a documentação aplicável.	N.A.
Analisar documentação	CCEE	Disponibilizar no sistema a conclusão da análise do cadastro e documentação apresentada pelo candidato a agente.	Até 5du
Apresentar esclarecimentos ou documentação adicional	Candidato a agente	Complementar, eventualmente, o cadastro e/ou documentação de obtenção de autorização para comercialização, por meio do sistema.	N.A.
Analisar documentação	CCEE	Disponibilizar no sistema a conclusão da análise do esclarecimento e/ou documentação adicional apresentada pelo candidato a agente.	Até 5du
Emitir Certidão de Regularidade e Parecer Técnico e Jurídico	CCEE	Disponibilizar a Certidão de Regularidade e o Parecer Técnico e Jurídico no sistema.	Até 10dc do último recebimento
Decidir sobre a emissão da autorização para comercialização	ANEEL	Decidir sobre a emissão ou não da autorização para comercialização, com base nos documentos disponibilizados pelo candidato a agente e pela CCEE.	Até 30dc do recebimento do Parecer Técnico e Jurídico
Concluir o processo de adesão na CCEE	Candidato a agente	O processo de adesão à CCEE deve ser concluído pelo candidato a agente.	Até 90dc da publicação do ato autorizativo

Legenda:

N.A.: Não aplicável

dc: dias corridos

du: dias úteis

7. ANEXOS

7.1 – Termo de Adesão

TERMO DE ADESÃO

Pelo presente instrumento particular de adesão, **<Nome empresarial do candidato a agente>**, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº **<CNPJ>**, com endereço em: **<Logradouro cadastrado na Receita Federal>**, na cidade de **<Cidade cadastrada na Receita Federal>**, Estado de **<Estado cadastrado na Receita Federal>**, CEP: **<CEP cadastrado na Receita Federal>**, na qualidade de candidato a agente, conforme respectiva(s) categoria(s) e classe(s) indicada(s) em sua solicitação de adesão e documentação apresentada, neste ato devidamente representado na forma da lei, em consonância com o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 e no Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, requer sua adesão à CCEE, e declara:

(i) Que, conforme definido no Módulo 1 - Agentes, submódulo 1.1 - Adesão à CCEE, dos Procedimentos de Comercialização, está ciente que, para início de operacionalização na CCEE, deverá solucionar todas as eventuais pendências de instalação e/ou adequação do Sistema de Medição para Faturamento - SMF, de cadastros -de pontos de medição, -de cadastros de ativos e de documentação de adesão;

(ii) Que tem pleno conhecimento e compromete-se a cumprir a legislação e normas regulatórias aplicáveis ao setor elétrico brasileiro, em especial a Lei 10.848/2004, Decreto 5.163/2004, Decreto 5.177/2004, a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica e o Estatuto Social da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os Procedimentos e as Regras de Comercialização, disponíveis no site da CCEE (www.ccee.org.br), bem como a Lei nº 12.846/2013;

(iii) Que os documentos anexados nos –sistemas correspondem às cópias fiéis dos originais, respondendo, o declarante, de forma integral, pela autenticidade, legalidade e veracidade dos documentos nas esferas administrativa, cível e criminal;

(iv) Que sua adesão implicará na concordância do ingresso desta empresa como associada da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, comprometendo-se a honrar todas as obrigações, contribuições, emolumentos e/ou pagamentos decorrentes de tal, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, e em consonância com o Estatuto Social da CCEE;

(v) Que se compromete a adotar todas as medidas necessárias em razão da realização de quaisquer operações de reestruturação societária, ou quaisquer outras que venham a ocasionar sucessão e/ou eventual cessão de direitos e obrigações a outro agente da CCEE ou a qualquer terceiro, bem como apresentar todos os documentos necessários à comprovação de tais atos, informando, ainda, qual a distribuição dos direitos e obrigações e consequente assunção de responsabilidades, perante a CCEE, das empresas envolvidas nas operações anteriormente mencionadas;

vi) Que, em relação aos sistemas da CCEE, está ciente de que são suas obrigações:

- Observar e cumprir as obrigações de ordem técnica e demais condições previstas em Procedimentos de Comercialização específicos, ou no(s) documento(s) que vier(em) a substituí-los e/ou alterá-los, bem como em quaisquer outras normas e/ou documentos aprovados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e/ou divulgadas pela CCEE, que tratem da matéria;
- Instalar, operar e manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e aplicativos de sua responsabilidade necessários ao perfeito acesso/funcionamento dos sistemas da CCEE;
- Acessar os sistemas da CCEE, através dos meios disponibilizados pela Câmara, sem interferir nos requisitos de segurança da CCEE;
- Responsabilizar-se pelos custos de conexão e de instalação dos aplicativos necessários para o acesso e utilização dos sistemas, inclusive custos de energia elétrica e telecomunicações;
- Não sublicenciar, ceder, distribuir, comercializar sob qualquer forma, facilitar o acesso de terceiros para utilização dos sistemas e/ou qualquer outro programa integrado a eles;
- Responsabilizar-se por todas as atividades que forem realizadas mediante a utilização dos tokens e dos códigos de acesso a eles associados;
- Responsabilizar-se pela operação, veracidade, correção e exatidão de toda e qualquer informação e/ou dados coletados pelos sistemas, bem como pela continuidade de fornecimento de informações e/ou de dados;
- Abster-se de modificar, copiar, decompilar, produzir engenharia reversa, distribuir, transmitir, reproduzir, publicar, licenciar, total ou parcialmente, os códigos-fonte dos programas computacionais contidos nos sistemas e/ou qualquer programa a eles relacionado, responsabilizando-se por qualquer violação resultante de tais atos;
- Não emprestar/compartilhar credenciais de acessos aos sistemas da CCEE;
- Responsabilizar-se pela manutenção e pelas correções necessárias em seus equipamentos a fim de garantir a correção, a veracidade e a exatidão das informações coletadas pelo sistema;
- Providenciar a exclusão e/ou substituição de acessos, sempre que houver o desligamento ou substituição de usuário autorizado;
- Atender integralmente as condições operacionais constantes de normas e regulamentos vigentes para a implantação, operação e manutenção dos sistemas, bem como toda e qualquer alteração futura que se faça necessária a fim de viabilizar o perfeito funcionamento destes;
- Responsabilizar-se pela válida e correta apresentação de documentos e dados à CCEE, incluindo a designação de pessoas que, sob sua única e exclusiva responsabilidade, poderão contrair direitos e obrigações perante a CCEE e terceiros.

(vii) Que o(s) seu(s) representante(s) legal(is), contato(s) em geral e representante(s) CCEE são aqueles devidamente indicados em sistema específico, sob sua única e exclusiva responsabilidade.

<Local>, <Data> de <Mês> de <Ano>

<Nome empresarial do candidato a agente>

Este documento deve ser assinado por meio de certificação digital e-CPF pelo(s) representante(s) legal(is) da empresa candidata a agente, que deve(m) ser indicado(s) nos sistemas da CCEE sob sua inteira responsabilidade, sem limitação de quantidade.

7.2 – Termo de adesão à convenção arbitral

TERMO DE ADESÃO À CONVENÇÃO ARBITRAL

Pelo presente instrumento, **<Nome empresarial do candidato a agente>**, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº **<CNPJ>**, com endereço em: **<Logradouro cadastrado na Receita Federal>**, na cidade de **<Cidade cadastrada na Receita Federal>**, Estado de **<Estado cadastrado na Receita Federal>**, CEP: **<CEP cadastrado na Receita Federal>**, neste ato devidamente representada na forma da lei, em consonância com o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no inciso VII do art. 17, e parágrafo único do art. 58 da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004, bem como no inciso VI do art. 8º, e § 2º do art. 38 do Estatuto Social da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, adere integralmente à Convenção Arbitral vigente, aprovada pela Assembleia Geral da CCEE e homologada pela ANEEL, e qualquer outra que vier a substituí-la.

Declara, ainda, que tem conhecimento e concorda com todas as cláusulas e condições previstas na referida Convenção Arbitral.

<Local>, <Data> de <Mês> de <Ano>.

<Nome empresarial do candidato a agente>

Este documento deve ser assinado por meio de certificação digital e-CPF pelo(s) representante(s) legal(is) da empresa candidata a agente, que deve(m) ser indicado(s) nos sistemas da CCEE sob sua inteira responsabilidade, sem limitação de quantidade.

7.3 – Declaração de Adimplemento

DECLARAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

Escolher uma das opções abaixo para efetuar o preenchimento dos campos obrigatórios:

☐ **Declaração de Adimplemento NEGATIVA:**

<Concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica>, Concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica, inscrita no CNPJ/MF sob nº: <CNPJ>, com endereço em: <Endereço completo>, em conformidade com os Procedimentos de Comercialização, declara, para fins de adesão do agente à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que, com relação à instalação nº <Número da instalação>, sob a responsabilidade de <Nome empresarial do candidato a agente>, inscrita no CNPJ/MF sob nº: <CNPJ>, com endereço em: <Endereço completo>, não constam débitos pendentes de pagamento, até a presente data. Ficam ressalvados, entretanto, eventuais débitos que estejam sob discussão judicial e/ou administrativa.

☐ **Declaração de Adimplemento POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA:**

<Concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica>, Concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica, inscrita no CNPJ/MF sob nº: <CNPJ>, com endereço em: <Endereço completo>, em conformidade com os Procedimentos de Comercialização, declara, para fins de adesão do agente à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que, com relação à instalação nº <Número da instalação>, sob a responsabilidade de <Nome empresarial do candidato a agente>, inscrita no CNPJ/MF sob nº: <CNPJ>, com endereço em: <Endereço completo>, constam pendentes os débitos abaixo indicados, os quais são objeto de discussão administrativa e/ou judicial.

<Indicar os débitos pendentes e respectivos processos administrativos e/ou judiciais>

☐ **Declaração de Adimplemento POSITIVA:**

<Concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica>, Concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica, inscrita no CNPJ/MF sob nº: <CNPJ>, com endereço em: <Endereço completo>, em conformidade com os Procedimentos de Comercialização, declara, para fins de adesão do agente à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que, com relação à instalação nº <Número da instalação>, sob a responsabilidade de <Nome empresarial do candidato a agente>, inscrita no CNPJ/MF sob nº: <CNPJ>, com endereço em: <Endereço completo>, constam pendentes os débitos abaixo indicados.

<Indicar os débitos pendentes>

<Local>, <Data> de <Mês> de <Ano>

<Concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica>
<Nome do signatário>
<Cargo>